



ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2024

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários e tributos de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente para atender a prefeitura municipal de várzea grande.

1. DOS FATOS

Trata-se de análise aos Recursos administrativos interpostos **TEMPESTIVAMENTE** pela empresa **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.985.386/0001-01 ora denominada Recorrente, que busca reformar a decisão adotada pela pregoeira, que resultou na INABILITAÇÃO da empresa.

2. DAS CONTRARRAZÕES

Seguindo o rito processual, em submissão ao princípio do contraditório e da ampla defesa assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal/88, e em conformidade com o item 13.1 do Instrumento Convocatório foi concedido prazo para apresentação das contrarrazões, onde a empresa **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, ora denominada **RECORRIDA**, apresentou suas considerações.

3. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, a regularidade formal e material e a reconsideração das exigências, conforme comprovam os documentos acostados ao processo.



Assim ambas peças foram conhecidas, adotando-se o efeito suspensivo e devolutivo.

4. DA TEMPESTIVIDADE

No que concerne aos Recursos, o Edital do certame em epígrafe dispõe:

16.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, EXCLUSIVAMENTE via sistema, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A Lei n. 14.133/2021 estabelece:

Art. 165. *Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

Informamos que ambas empresas apresentaram suas peças, dentro do prazo preconizado no Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, estando, portanto, **TEMPESTIVAS**.

5. DO RECURSO E DAS ALEGAÇÕES

A recorrente **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, expõe suas razões de fato e de direito, onde por argumento sucinto, expõe e requer:



(...)

V. CONCLUSÃO

Por tudo o que foi exposto, a Recorrente requer seja o presente recurso conhecido e provido para: a) Decretar a anulação da decisão de habilitação da OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, vez que não foram plenamente atendidas as exigências editalícias, mais especificamente as exigências de qualificação técnica elencadas no item 14.5.1, "b" e; b) Anular a decisão de inabilitação da ora Recorrente, reconhecendo a ilegalidade das exigências editalícias que motivaram a decisão de inabilitação e/ou promovendo diligências para saneamento das falhas apontadas na documentação, haja vista que todas as situações se referem a fato preexistente à licitação e, portanto, passíveis de correção, por força das disposições da Lei Federal 14.133/2021 e na linha do entendimento vinculativo do Tribunal de Contas da União.

Caso a decisão não seja reconsiderada, requer seja o recurso com a sua motivação encaminhado à autoridade superior, conforme determina o art. 165, I, §2º da Lei Federal 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

(...)

A recorrida **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, expõe suas razões de fato e de direito, onde por argumento sucinto, expõe e requer:

(...)

Conclusão:

As alegações da empresa inabilitada em relação à localização do escritório da empresa vencedora são inconsistentes, infundadas e demonstram clara má-fé. As informações apresentadas pela empresa inabilitada foram manipuladas com o intuito de prejudicar a empresa vencedora, configurando um ato antiético e reprovável. A empresa vencedora, por outro lado, agiu com transparência e pro atividade, demonstrando seu compromisso com a verdade e com a lisura do processo.

Diante do exposto, a Recorrida requer seja o presente recurso conhecido e provido para:



1). Manter a decisão de habilitação da OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, vez que foram plenamente atendidas as exigências editalícias;

2). Manter a decisão de inabilitação da Recorrente, reconhecendo inclusive outros descumprimentos das exigências editalícias que motivaram a decisão de inabilitação, haja vista que nem todas as situações se referem a fato preexistente à licitação e, portanto, não são passíveis de correção.

O teor completo da peça encontra-se disponível no site <http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/4852>

6. DA ANÁLISE

Salientamos que os trabalhos desta comissão de licitação desde o início do processo foram conduzidos com total transparência e seriedade, como todos os demais coordenados por esta comissão de licitação e em estrita conformidade com os princípios insculpidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e ainda, pelos relevantes princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo moderado que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar o adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo a prevalência do conteúdo sobre a o formalismo extremo, respeitados os direitos e prerrogativas dos administrados.

Acreditamos que todos os participantes têm o direito à lisura, imparcialidade, legalidade e objetividade no julgamento, buscando sempre a obtenção da melhor proposta, do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes.

Pois bem, entendemos que a Administração tem a discricionariedade para definir o objeto da licitação as suas especificidades, definir qual o critério de julgamento que será atribuído a determinado edital, e a OBRIGAÇÃO de exigir consignar em seus editais a



apresentação de documentos necessários a comprovação de aptidão Jurídica, Técnica, Fiscal e Financeira, conforme delineado pela lei Nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 81/2023 e suas alterações.

Registra-se que um dos motivos que a recorrente foi inabilitada foi por não atender a exigência do item 14.3.1."e" do edital, que trata da obrigação de apresentação da "**Certidão de regularidade fiscal perante o município de Várzea Grande**", esclarecemos que a apresentação desta certidão trata-se de exigência legal, imposta pelo Decreto Municipal 81/2023 em seu artigo 46, III, e devidamente condicionada no edital, assim, este deverá ser rigorosamente observado pelo pregoeiro, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao ato convocatório, e que não foi **impugnado** pela recorrente em tempo oportuno. Dessa forma, tendo o licitante apresentado a documentação em desconformidade com o estabelecido, descumprindo as exigências editalícias, entendeu-se, em regra, pela inabilitação da mesma.

É o breve relato, passamos a análise das peças;

Diante da análise de ambas peças, verificou-se a necessidade de conceder prazo para ambas apresentarem demais documentos em sede de diligências, com vistas a apresentarem documentos complementares que julgassem necessários com vistas a esclarecer ou complementar os documentos já apresentados, conforme convocação via chat, através do OFICIO N. 111-2024-SUPPLIC-SAD- DILIGENCIA, que segue em anexo.

Registra-se que ambas empresas apresentaram no tempo concedido no ofício os documentos que julgaram necessários, sendo que a empresa JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, apresentou toda documentação solicitada em edital novamente, já a empresa OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, apresentou apenas documentos complementares a certificação dos funcionários apresentados para cumprimento do exigível para qualificação técnica.

Após análise minuciosa de toda a documentação apresentada pelas empresas, a Recorrente apresentou a "**Certidão de regularidade fiscal perante o município de Várzea Grande**", que foi um dos motivos de sua inabilitação, pois bem, observamos que o documento que a Recorrente alega ser suficiente, após apuração, resta claro que de fato a empresa não atendeu as exigências do edital, entendemos que a recorrente de fato



violou regra condicionada conforme *item 14.3.1."e"*, tendo em vista que a certidão apresenta tem sua emissão posterior a sessão de abertura do certame.

Logo, ainda que analisando o mérito do presente recurso, não há o que questionar quanto a não apresentação de documentos exigidos, se assim aceitarmos os princípios da isonomia e da vinculação instrumento convocatório estariam totalmente violados.

De outro prisma, a Recorrente apresentou o documento ausente consubstanciado pelo ACÓRDÃO NO 1.211/2021 – PLENÁRIO DO TCU, que detém o seguinte entendimento:

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas elou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 80, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, que deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;

Para uma melhor compreensão, observe que o acórdão traz entendimento novo e a grosso modo pacificado pelos Acórdãos 1934/2021-TCU-Plenário (Relator Ministro Raimundo Carreiro) e 2443/2021 - Plenário (Relator Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), onde a interpretação correta, aduz a apresentação de documentação **existente e vigente**, que ateste condição preexistente a época da abertura da proposta.





Portanto, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser mantido, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Nesse sentido o STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Cientes que o descumprimento das exigências ou desprezo pelas condições estabelecidas pelo edital em detrimento da Recorrente, ofende a isonomia aos demais participantes que, respeitaram as regras editalícias, e apresentaram seus documentos e propostas conforme exigências e normativas que regem sua forma de apresentação.



Dessa forma, diante dos fatos apresentados pela recorrente constata-se a insuficiência de argumentos para desconstituir os fundamentos da decisão proferida pelo pregoeiro, pois restou claro que a recorrente violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório do edital do Pregão Eletrônico nº 07/2024.

Logo, em que pese os argumentos apresentados pela recorrente, **NÃO HÁ** como privilegiar a condução da licitante a condição de habilitada e vencedora do certame, sabedora que esse tipo de conduta, além de claro confronto com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, infringiria frontalmente também o Princípio da Isonomia, e julgamento objetivo.

Quanto aos documentos apresentados pela recorrida **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, **tratam-se de documentos vinculantes e complementares aos já apresentados anteriormente**, portanto, apenas ratifica a decisão anteriormente proferida quanto a sua HABILITAÇÃO.

Ademais, todas as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, estão em perfeita consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, proporcionalidade, Celeridade e Eficiência e economicidade.

7. DA DECISÃO

A Pregoeira, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei 14.133/2021, em respeito aos princípios licitatórios, respeitados os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como pelas disposições estabelecidas no edital e seus anexos **INFORMA** que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, **DECIDE**:

- a) RECEBER** o recurso interpostos pela empresa **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, eis que tempestivo e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório, e no mérito, **JULGA-O IMPROCEDENTE**, **RATIFICANDO** a decisão de sua **INABILITAÇÃO** anterior pois não foram comprovados fatos suficientes capazes de convencimento desta pregoeira.



- b) **RECEBER** as contrarrazões da recorrida **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, eis que tempestivo e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório, para no mérito, **JULGAR PROCEDENTE**, na íntegra, pois foram apresentados fatos suficientes capazes de convencimento para manutenção decisão já proferida neste procedimento licitatório, sendo então motivo suficiente para o **DEFERIMENTO**;
- c) **SUBMETER** ao ordenador de despesa o propenso recurso para **RATIFICAÇÃO** ou **RETIFICAÇÃO** desta decisão **RECOMENDANDO** a manutenção da decisão já proferida neste procedimento licitatório, eis que estão em perfeita consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, proporcionalidade, Celeridade e Eficiência e economicidade sendo então motivo suficiente para o **INDEFERIMENTO** ao pedido de **RECONSIDERAÇÃO da recorrente**;

É a **CONSIDERAÇÃO** adotada por esta pregoeira, resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem a modalidade em comento e, diante disso, encaminha-se o presente à autoridade superior para análise e posterior decisão, com fulcro no Art. 165, da Lei 14.133/2021.

Várzea Grande - MT, 10 de setembro de 2024.

Elizangela Batista de Oliveira

Pregoeira – Portaria 344/2024



RATIFICAÇÃO DE DECISÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 947606/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2024

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários e tributos de responsabilidade do município, com ação planejada e transparente para atender a prefeitura municipal de várzea grande.

De acordo com Art. 165 da Lei n. 14.133/2021 e em síntese, da análise da exordial extrai-se que as ações adotadas pela condutora do processo, cumpre as condições estabelecidas pelo Edital do **Pregão Eletrônico Nº. 07/2024**, os ensinamentos doutrinários e jurisprudências e, por conseguinte, os princípios que regem os processos licitatórios no âmbito desta municipalidade, sendo, portanto, passível de convalidação.

Desta feita, **RATIFICO** a decisão da pregoeira proferida no Relatório de julgamento do recurso e contrarrazões interpostos, nos termos do Art. 165 da Lei n. 14.133/21, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos, **DECIDINDO** por:

- d) RECEBER** o recurso interpostos pela empresa **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, eis que tempestivo e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório, e no mérito, **JULGA-O IMPROCEDENTE**, **RATIFICANDO** a decisão de sua **INABILITAÇÃO** anterior pois não foram comprovados fatos suficientes capazes de convencimento desta pregoeira.
- e) RECEBER** as contrarrazões da recorrida **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, eis que tempestivo e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório, para no



mérito, **JULGAR PROCEDENTE**, na íntegra, pois foram apresentados fatos suficientes capazes de convencimento para manutenção decisão já proferida neste procedimento licitatório, sendo então motivo suficiente para o **DEFERIMENTO**;

f) **HOMOLOGAR** o presente certame e **ADJUDICAR** seu objeto em favor da empresa: **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**.

Dê publicidade a esta decisão nos moldes estabelecidos em edital e normas vigentes para continuidade dos demais tramites legais.

Várzea Grande - MT, 10 de setembro de 2024.

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS NETO
Secretário Municipal de Administração